

Governança, legitimidade e missões de paz: Uma análise de conteúdo automatizada sobre a democracia nas resoluções da ONU

Governance, legitimacy and peacekeeping: An automated content analysis of democracy in UN resolutions

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.147996>

Lucas Santana de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
lucas113924@gmail.com  

Resumo

A recondução da ordem multipolar e liberal dos anos 90 permitiu que organismos internacionais, como o sistema ONU, promovessem exercícios internacionais de ajuda humanitária e de contenção da violência para a promoção da paz em países atingidos por guerras civis. A via democrática apresenta o principal modelo de reconciliação das partes de um conflito, entre membros incumbentes do governo e grupos políticos rivais ou considerados rebeldes. Entretanto, a democracia ainda ocupa um espaço embrionário nos paradigmas de construção da paz. Dessa forma, o presente artigo propõe-se a responder: qual é o tratamento dado pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança a respeito do tema da democracia a partir das resoluções produzidas entre 1991 e 2021? Foi realizada a Análise de Conteúdo das resoluções da ONU acerca do tema da democracia, com vista a identificar os principais termos e correlações temáticas presentes no corpus através do uso da técnica de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) presente no software Iramuteq. Concluiu-se que a ONU apresenta diversificação normativa profusa e o aumento de termos relacionados a governança híbrida como “local”, “pluralism” e “civil society”. Em adição, a palavra “democracy” demonstrou alta frequência, mas parca co-ocorrência com as classes de palavras geradas.

Palavras-chave: ONU; Pós-Guerra Fria; África.

Abstract

The reestablishment of the multipolar and liberal order of the 1990s allowed international organizations, such as the UN system, to promote international humanitarian aid efforts and violence containment to promote peace in countries affected by civil wars. The democratic pathway stands as the main model for reconciliation of the parties to a conflict, between incumbent members of the government and rival or rebellious political groups. However, democracy still occupies an embryonic space in the paradigms of peacebuilding. Thus, this work aims to answer: how is the treatment given by the General Assembly and the Security Council regarding the issue of democracy based on the resolutions produced between 1991 and 2021? Content analysis of UN resolutions on the topic of democracy was carried out, with a view to identifying the main terms and thematic correlations present in the corpus through the use of the Descending Hierarchical Classification (DHC) technique via the Iramuteq software. It was concluded that the UN presents profuse normative diversification and the increase in terms related to hybrid governance such as “local”, “pluralism” and “civil society”. In addition, the word “democracy” showed high frequency but low co-occurrence with the generated word classes.

Keywords: UN; Post-Cold War; Africa.

Recebido: 04 Junho 2025
Aceito: 29 Setembro 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Introdução

Nos últimos 30 anos, os exercícios internacionais de ajuda humanitária e assistência na promoção da paz por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) têm obtido diferentes resultados e abordagens. Esforços para compreender aspectos conjunturais dessas missões são continuamente realizados (Haacke, 2006; Eizenga, 2022; Gazeley, 2022; Stein; Zahar, 2022). Entretanto, além da preservação dos acordos de cessar-fogo, espera-se que organismos internacionais como a ONU auxiliem na conformação do *statebuilding* ou de restauração institucional em países assolados por guerras civis.

A via democrática apresenta o principal modelo de reconciliação das partes, entre membros incumbentes do governo e grupos políticos rivais ou considerados rebeldes. Além disso, novos debates epistêmicos a respeito da hiperpolarização política no contexto democrático têm redirecionado novas projeções a respeito da democracia. Neste sentido, a presente pesquisa propõe-se responder: qual é o tratamento dado pela Assembleia Geral (AGNU) e o Conselho de Segurança (CSNU) a respeito do tema da democracia a partir das resoluções produzidas entre 1991 e 2021? A pluralidade temática é esperada, inicialmente, em função de dois fatores: devido ao amplo espaço amostral; e do reconhecimento da instituição quanto à inexistência de um modelo de democracia universal, considerando a existência de desenhos institucionais distintos a partir de princípios comuns, como a participação da sociedade civil em sentido amplo (United Nations, 2001).

A escolha do tema está amparada na relativa falta de achados empíricos sobre a trajetória histórica e sistemática das resoluções da ONU, especificamente sobre a democracia. Não obstante, foi identificada a necessidade de analisar os dados a partir da literatura acadêmica existente, ao operacionalizar a democracia em um contexto amplo de políticas conjunturais e aspectos normativos das relações internacionais. Tendo em vista que os dados reverberam os marcos institucionais, cooperações e principais missões de paz promovidas pela ONU, entende-se que tal pluralidade temática perpassa por diferentes áreas de investigação acadêmica, tal qual a governança global, missões de paz, e a legitimidade.

O período do pós-Guerra Fria urge a necessidade de normativas e convenções que produzam maior transparência e legitimidade popular para a manutenção do sistema internacional. As operações de paz se expressam como um desses mecanismos de legitimidade, assim como na condução do espraiamento do ideário liberal. O aumento expressivo da participação de novos atores internacionais na constituição de uma governança global amplia as vias de legitimidade a partir da cooperação institucional com atores locais e regionais, sendo essa uma das principais vias recentes de reconfiguração da “paz liberal”. Dessa forma, foi realizado o levantamento e análise das resoluções da ONU acerca do tema da democracia, com vista a identificar os principais termos e correlações temáticas e normativas presentes no corpus através do uso da ferramenta Iramuteq.

A presente metodologia tem o termo/palavra como unidade de análise, não obstante o objetivo principal se concentra na identificação dos principais termos presentes nas resoluções da AGNU e do CSNU datadas entre 1991 e 2021. Assim, a variável dependente do presente estudo está representada pela identificação do termo “democracia” nas resoluções em função do tempo.¹ Tendo em vista que a captura das resoluções para a composição do corpus textual foi determinada pela presença da palavra-chave “democracia”, aplicou-se no presente trabalho uma técnica de Análise de Conteúdo para abordagem léxica quantitativa e automatizada das resoluções, identificando as principais classes e seus diferentes eixos temáticos.

No caso, as análises de dados textuais possibilitam que se quantifique e empregue cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas — os textos (Lahlou, 1994). O software Iramuteq se utiliza de um algoritmo de análise por Classificação Hierárquica Descendente (CHD), cunhado também de método de Reinert, que possibilita a

¹ É importante destacar que o estudo se baseia nas técnicas de lexicometria para identificar padrões de coocorrência e classes de palavras. Trata-se, portanto, de processos inseridos no campo da estatística descritiva, que dispensam a busca por relações de causalidade e a identificação de variáveis explicativas.

criação de classes temáticas com homogeneidade interna através da identificação dos principais termos e de suas aproximações dentre os diferentes segmentos de textos (Cervi, 2018). Origina-se da lógica de correlações entre termos localizados em diferentes segmentos de textos do corpus e que permitem a identificação de associações com diferentes níveis de intensidade e proximidade.

O artigo está organizado em cinco seções. Na seção seguinte discute-se os conceitos de legitimidade e legitimação na arquitetura internacional, partindo de discussões teórico-normativas consolidadas de legitimidade e encerrando com abordagens recentes sobre processos e estratégias de legitimação nas Organizações Internacionais (OIs). A segunda seção destaca a dimensão política da governança global, a partir da relação autoridade-legitimidade. Em sequência, são apresentadas as discussões sobre modelos híbridos de missões de paz, bem como o fenômeno da “virada local”, tendo como objetivo o vínculo explicativo juntos aos achados da seção de resultados e discussões. A quarta seção contém os parâmetros metodológicos, as explicações sobre o método e a apresentação e discussão dos resultados. Por fim, conclui-se com as principais contribuições dos achados para explicar o tratamento da ONU quanto ao tema da democracia, bem como seu uso no discurso de legitimação.

Democracia e legitimidade no pós-Guerra Fria

Segundo Clark (2005), é importante destacar duas características bastante distintas do pós-Guerra Fria que estimularam o recurso à linguagem da legitimidade no cenário internacional. Uma importante contribuição para o estudo da sociedade internacional, que estabeleceu em sua agenda de pesquisas futuras: a distinção entre “solidarismo consensual” e “solidarismo coercitivo” (Kai; Hurrell, 2000). O primeiro conceito destaca a intensificação de valores compartilhados dentro da sociedade internacional, a partir do surgimento espontâneo da integração normativa. Entende-se que constitui o processo de coesão da visão internacional na construção de um universalismo normativo. Apresenta o caráter de contrato social, por meio do qual os membros vivem em um “estado de natureza” voluntariamente, constituem normas, regras e princípios para o aprimoramento institucional. Esse instrumento de legitimação implementado pelas organizações é baseado em ideias contratualistas liberais profundamente enraizadas (Barnett; Finnemore, 2012). Em contraposição, a forma coercitiva sugeriria uma imposição de poder hegemônico, representado pelos EUA. Dessa forma, o solidarismo coercitivo afirma que tal universalização normativa é derivada da nova distribuição de poder internacional, e não da espontânea consolidação de normas compartilhadas.

Ainda que cientes das diferentes visões sobre a legitimidade no pós-Guerra Fria, na ausência de uma estrutura cultural comum, a sociedade internacional reafirmou a instabilidade sobre sua própria coesão. Essa heterogeneidade é resultante da prática da legitimidade, que não corresponde diretamente a nenhuma dessas normas — legalidade, moralidade e constitucionalidade — em particular: ela é mediada por um processo político de contestação e construção de consenso. Esse processo, por sua vez, é filtrado pelas distribuições de poder predominantes (Clark, 2005).

Claude (1966) afirma que, ainda no período da Guerra Fria, a função de legitimação na esfera internacional se daria pelas instituições políticas internacionais; o exercício dessa função é parte significativa do papel político das Nações Unidas. O processo de legitimação desse período levava em consideração o aspecto político e coletivo como meios de justificação para as políticas externas independentes, mas que necessitavam de endosso multilateral, sendo essa uma das principais funções exercidas pela ONU. O processo de legitimação é, em última análise, um fenômeno político, uma cristalização de julgamento que pode ser influenciada, mas é improvável que seja totalmente determinada por normas legais e princípios morais (Claude, 1966). Para o autor, as instituições internacionais protagonizam o desenvolvimento de um processo de legitimação coletiva assentada no exercício de órgãos políticos para fins de mesma natureza.

Durante o período da Guerra Fria, as interpretações e a instrumentalização da ideia de regime democrático estavam a cabo dos EUA e da URSS. O bloco soviético definia a democracia em termos econômicos, políticos e sociais, cujas

circunstâncias nacionais dos países do Terceiro Mundo eram afetadas pelo imperialismo ocidental. Por outro lado, o Ocidente compreendia a democracia como regime que preservava os direitos políticos e civis de um Estado independente, na proteção ao comunismo global (Joyner, 1999). O modelo vestfaliano da ordem internacional também emergiu como alternativa ao modelo inter-imperial europeu sobre as antigas colônias (Ikenberry, 2020). Dessa forma, com o final da Guerra Fria, o entendimento revisado por democracia passa a ser compreendido pela ONU como práticas representativas na promulgação de eleições justas, sendo resguardados os direitos individuais e coletivos pelo estado de direito. Os desafios que se apresentaram, logo após o fim da Guerra Fria, forçaram a busca da ONU pela reformação de sua estratégia de assistência eleitoral para abranger uma compreensão mais ampla da construção da paz pós-conflito (Santiso, 2002).

Em um momento posterior, o fortalecimento do discurso participativo e de controle social da democracia esteve associado à atuação da AGNU e do Secretário-Geral (SG), especialmente com o objetivo de justificar a introdução de valores pró-democráticos na política da ONU e em suas projeções externas (Volpe, 2019). A questão em aberto era, portanto, como justificar a introdução de valores pró-democráticos na política e na ação externa da ONU, incentivada pela ação conjunta da AG e do SG, sem abalar os alicerces de todo o sistema ONU, considerando que a democracia, aos moldes deste organismo internacional, não compreende um regime taxativo, mas que permite múltiplos desenhos institucionais. Tem-se como síntese desses esforços a produção das três principais agendas por Boutros-Ghali durante a década de 1990: uma Agenda para a Democratização (Boutros-Ghali, 1996); uma Agenda para a Paz (Boutros-Ghali, 1992); e uma Agenda para o Desenvolvimento (Boutros-Ghali, 1994).

Em observações mais recentes, para justificar sua autoridade, as organizações internacionais dispõem de uma narrativa funcional. Essa última consiste no comportamento institucional que visa a resolução de problemas coletivos a partir da ênfase nas competências técnicas e na imparcialidade desvinculada das percepções do campo político. No centro dessa narrativa estão as abordagens de resolução de problemas com base na experiência racional-legal weberiana, que também reforça a credibilidade técnica, imparcial e procedimental da burocracia. Nas últimas décadas, essa narrativa é complementada pela legitimação democrática. Cada vez mais, as organizações internacionais legitimam sua autoridade destacando procedimentos democráticos e seu desempenho na promoção da democracia (Dingwerth; Schmidtke; Weise, 2020).

Outros organismos que exercem tradição de legitimação democrática, como a Commonwealth of Nations (CON) e a Organização das Nações Unidas (ONU), usam narrativas democráticas com mais frequência do que no passado. Dingwerth, Schmidtke e Weise (2020) afirmam, com base em suas pesquisas, que essa variação das narrativas de legitimação democrática é explicada principalmente por uma combinação de dois fatores: a visibilidade pública e o protesto, que constituem as forças motrizes da legitimação democrática; bem como a reação das organizações internacionais a essas pressões de legitimidade que se desenvolve de modo baseado na dependência de trajetória. Isto é, uma vez que as organizações iniciam a adoção de narrativas democráticas, torna-se custoso mudar seu conjunto de normas.

Por fim, Lenz e Schmidtke (2023) conduzem contribuições recentes quanto as nuances de diversidade normativa presente nos discursos de legitimação das OIs. Os autores partem da perspectiva dos agentes (Lenz; Söderbaum, 2023), que analisa as estratégias de legitimação das organizações intergovernamentais, através das crenças normativas dos agentes que a compõem. Nesse sentido, a diversificação normativa se expressa pelo elevado grau de heterogeneidade institucional entre os agentes de legitimação, que utilizam um discurso de legitimação mais diversificado. A ONU representa um desses casos, tendo em vista o grande número de adesão e, consequentemente, da heterogeneidade institucional de seus agentes. Espera-se que o tema da democracia esteja contido em diferentes estratégias de legitimação e, consequentemente, com profusão temática.

Governança global e o vínculo autoridade-legitimidade

Além dos debates entre realismo e idealismo dentro da comunidade epistêmica, Zürn (2018) lança uma nova interpretação sobre as relações internacionais, no que compreende o mundo da política imbuído de estruturas normativas e institucionais, que contém hierarquias e desigualdades de poder e que, de forma endógena, produz contestação, resistência e a interpretação cooperativa. Os arranjos de um modelo de governança global privilegiam as crenças e interesses de alguns atores sobre outros, o que gera efeitos distributivos e reafirma como poder e hierarquia são partes constituintes da governança global. Sendo assim, o conceito de governança global revela as principais dinâmicas entre princípios normativos e as distintas autoridades estatais, pois se refere ao exercício da autoridade além das fronteiras nacionais e de suas normas domésticas, justificado pela necessidade de proteção de bens comuns e da busca por soluções a problemas transnacionais.

Assim, os organismos internacionais estão sob avaliação constante e dependem da anuência dos atores estatais. Tal conceito elucida o dinamismo das transformações institucionais sujeitas às variações da vontade estatal. De modo semelhante, Sending (2017) fornece ferramental analítico, na tentativa de identificar na autoridade, a relação baseada no reconhecimento entre superior e subordinado. Assim, a relação de autoridade deriva da confluência entre a procura e esforços dos atores do sistema internacional em adquirir o reconhecimento dos superiores em um dado espaço social estruturado hierarquicamente (Sending, 2017).

A constituição da relação de autoridade deriva da identidade de cada ator partícipe de uma ordem política idealizada, o que implica a sobreposição da autoridade superior face aos subordinados. Essa dinâmica, por sua vez, gera o movimento de busca constante por reconhecimento, na tentativa de naturalizar e universalizar seus interesses particulares através da imposição de categorias e critérios de avaliação (Sending, 2017). Em adição, Zürn (2018) defende o conceito de “relações de autoridade reflexiva” para os efeitos do exercício da autoridade política, o que consiste no contínuo escrutínio a respeito de demandas ou pedidos feitos às OIs, especialmente no que tange às cooperações com organismos regionais.

Especificamente, quanto maior o nível de delegação de autoridade dos Estados para as OIs, espera-se que a legitimação ocorrerá também por vias democráticas, considerando dois argumentos: o alto grau de autoridade leva à politização e a adoção consequente de mecanismos de *compliance* e de *accountability* (Zürn; Binder; Ecker-Ehrhardt, 2012); em segundo lugar, por consequência do aumento de autoridade, espera-se que as narrativas tecnocráticas ou racionais-legais sejam contestadas, tendo em vista que as autoridades internacionais podem contingenciar os interesses particulares de seus membros no curto prazo (Zürn, 2018). Por implicação, quando os Estados delegam competências a burocracias, tribunais ou parlamentos internacionais, pode-se esperar que os padrões de legitimidade que contam no nível doméstico se espalhem internacionalmente. Como resultado, a tese que vincula a relação autoridade-legitimidade (Zürn; Binder; Ecker-Ehrhardt, 2012) reafirma que os esforços de legitimação democrática ganharão relevância para as OIs que adquirem autoridade (Dingwerth; Schmidtke; Weise, 2020).

Observa-se assim, que os ganhos de autoridade, a contestação política e a heterogeneidade institucional dos agentes constituintes da ONU, contribuem para a diversificação normativa dos seus discursos e estratégias de legitimação. Em outros termos, pode-se afirmar que fatores exógenos (critérios normativos das audiências e outras instituições internacionais de grande impacto), bem como endógenos (heterogeneidade institucional), condicionam a pluralidade e intensidade normativa da ONU sobre o tema da democracia.

Modelos híbridos das missões de paz

A abordagem híbrida de *peacebuilding*, que permite a inserção de atores locais ou regionais tem seu marco teórico logo após os aparentes fracassos de missões dos anos 1990 (Eizenga, 2022). Conceitualmente, o modelo híbrido de *peacebuilding* consiste na integração de aspectos locais da democracia liberal a partir da “mediação entre escalas e normas

locais e internacionais, instituições, leis, direitos, necessidades e interesses, dependendo tanto do poder quanto da legitimidade” (Richmond, 2015, p.51, tradução nossa)². Entretanto, os seus fundamentos não são incompatíveis com a abordagem inicial de *peacebuilding* dos anos 1990. O foco voltado para a sociedade civil estava enraizado em parte no pragmatismo impulsionado pela austeridade, mas também na produção de estudos que apontavam como os civis criaram para si espaços de ação autônoma que lhes permitiam sobreviver até mesmo nas situações mais difíceis presentes em regimes autoritários (Ottaway, 1997).

As resoluções de 2016 do CSNU (S/RES/2282) e da AGNU (A/RES/70/262) visaram encorajar as agências primárias de *peacebuilding* a encontrarem soluções nos níveis nacional e local, ao coordenar respostas para a sustentação da paz em conflitos armados complexos. Mesmo com os esforços da ONU, esses conjuntos de práticas e sua compreensão ainda dispõem de fortes vínculos de dependência com as abordagens ocidentais, que se baseiam em soluções liberais ineficazes aplicadas em sociedades não-ocidentais. Por outro lado, as abordagens adaptativas compreendem modelos não-lineares que prescrevem a importância da agência local para processos de paz sustentáveis.

Para compreender as implicações e transformações de *agency* no âmbito local e internacional, Björkdahl e Höglund (2013) destacam a importância da “fricção” como conceito analítico que ressalta as relações assimétricas e verticalizadas entre os agentes locais e internacionais. A fricção se caracteriza pelo fenômeno interativo da cooperação entre normas internacionais e locais, seus processos transformativos e resultados oriundos dos discursos e práticas que possibilitam a geração de novos elementos e realidades locais e globais. Essa categoria analítica permite observar as confluências institucionais entre os diferentes níveis de governança, e marca também os elementos de conflitos e esforços para os prospectos de paz duradoura, democratização e desenvolvimento em espaços de pós-conflitos.

Por outro lado, a conformação de normas e ideias internacionais em determinados contextos pode gerar resultados insatisfatórios, já que a violência e a instabilidade institucional podem ocorrer por vias anteriormente não exploradas, como no caso do Camboja e do Afeganistão (Björkdahl; Höglund, 2013). A inserção da democracia liberal e as reformas no judiciário no Camboja, durante os anos 1990, não alteraram aspectos patrimoniais da cultura política, mantendo práticas clientelistas. A missão do Afeganistão, enunciada no Acordo de Bona em 2001, gerou fricções entre atores internacionais sobre diferentes visões de segurança doméstica; contudo, ainda persiste a coexistência entre instituições formais e informais sobre a influência de milícias (Björkdahl; Höglund, 2013).

Além dos resultados políticos obtidos do processo de fricção, Wilén (2009) afirma, por outro lado, que a construção das capacidades locais no contexto das operações de paz da ONU se apresenta como fenômeno “ambíguo” e “indefinido”: seu dinamismo e multiplicidade não garante a adoção de medidas eficazes por si só. A retórica de construção das capacidades locais adquire também o propósito de evitar possíveis mecanismos de *accountability* sobre as práticas das operações de paz, tradicionalmente criticadas pela excessiva burocracia procedimental e, concomitantemente, também é capaz de gerar conotações positivas devido a ampliação da participação e do controle social como meios de legitimação.

Nesse sentido, Ejodus (2020) conduz esforços para identificar as principais abordagens de resolução de problemas e abordagens críticas que caracterizam essa mudança paradigmática chamada de “virada local”. Tal mudança é oriunda do desenvolvimento participativo que se tornou presente nos argumentos contrários aos programas de ajustes estruturais do FMI e do Banco Mundial. As novas recomendações se espalharam às demais instituições da governança global, que adaptaram e adotaram uma linguagem política semelhante.

Como abordagens de resolução de problemas, Ejodus (2020) analisa duas: baseadas no neoliberalismo e no cosmopolitismo liberal. A visão neoliberal de *peacebuilding*, por sua vez, compreende este último como sendo efeito da globalização da democracia liberal de mercado do Ocidente para o resto do mundo. Sob esse prisma, o “local” equipara-se

² “[...] mediation between local and international scales and norms, institutions, law, right, needs and interests, depending on both power and legitimacy.”

a elites estatais locais de Estados afetados por conflitos, de orientação liberal, ou às ONGs situadas em grandes centros e financiadas pelo Ocidente.

Por outro lado, o cosmopolitismo liberal, em contraste com o neoliberalismo, observa que esses princípios não devem ser praticados por meio do fortalecimento da economia de mercado e das instituições estatais, senão por meio do respeito aos direitos humanos e do ativismo da sociedade civil global. Nesse sentido, a sociedade civil local é constitutiva da sociedade civil global e, portanto, exclui as comunidades locais não comprometidas com o conceito ocidental de direitos humanos. Por fim, as abordagens críticas visam desviar a “virada local” dos prospectos liberais de construção da paz. Além de representarem alternativas não-lineares (Saraiva, 2022), também compreendem formas não liberais de atuação.

Os discursos que privilegiam o “local” como fator chave ao engajamento cívico afirmam fomentar a democracia, a legitimidade e agência dos entes locais. Nesse sentido, as abordagens críticas visam problematizar a maneira binária como são tratadas as relações institucionais entre o internacional, como fonte de poder, e o local, visto como fonte de resistência. A exposição contínua desse enquadramento subjaz ou oculta as observações sobre o poder das elites locais (Paffenholz, 2015). Os discursos políticos localistas facilitam a emergência de novos acordos sobre a legitimidade do fator local nos assuntos internacionais. Dessa forma, a “virada local” também representa um paradigma legitimante e constituidor de uma visão ortodoxa da construção da paz (Ejdus, 2020).

Análise empírica do corpus textual — resoluções do CSNU e da AGNU

A seção empírica do trabalho apresenta as principais estatísticas a respeito das resoluções componentes do corpus obtido. Fez-se uso da técnica de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para traçar classificações temáticas exploratórias.

Foram identificadas 249 resoluções emitidas pela AGNU que continham a palavra “*democracy*” no corpo do texto, bem como no título ou marcadores (*tags*) disponibilizados pela *UN Library*; 34 resoluções do CSNU foram encontradas contendo o mesmo perfil de busca, totalizando 283 resoluções. Há também a diferença de amplitude temporal entre os períodos estudados para cada um dos órgãos, isto se deve à disponibilidade das resoluções em função do tempo. Dessa forma, as análises permitem verificar tendências temáticas correlacionadas ao tema da democracia ao longo do período estudado, que totaliza três décadas para a AGNU (1991-2021) e 19 anos para o CSNU. Devido ao baixo número de resoluções do CSNU disponíveis a respeito deste tema, só foi possível auferir entre 1993 e 2012. Além de “*democracy*”, termos como “*democratic*” e “*democratization*” foram identificados e utilizados pela contribuição semântica.

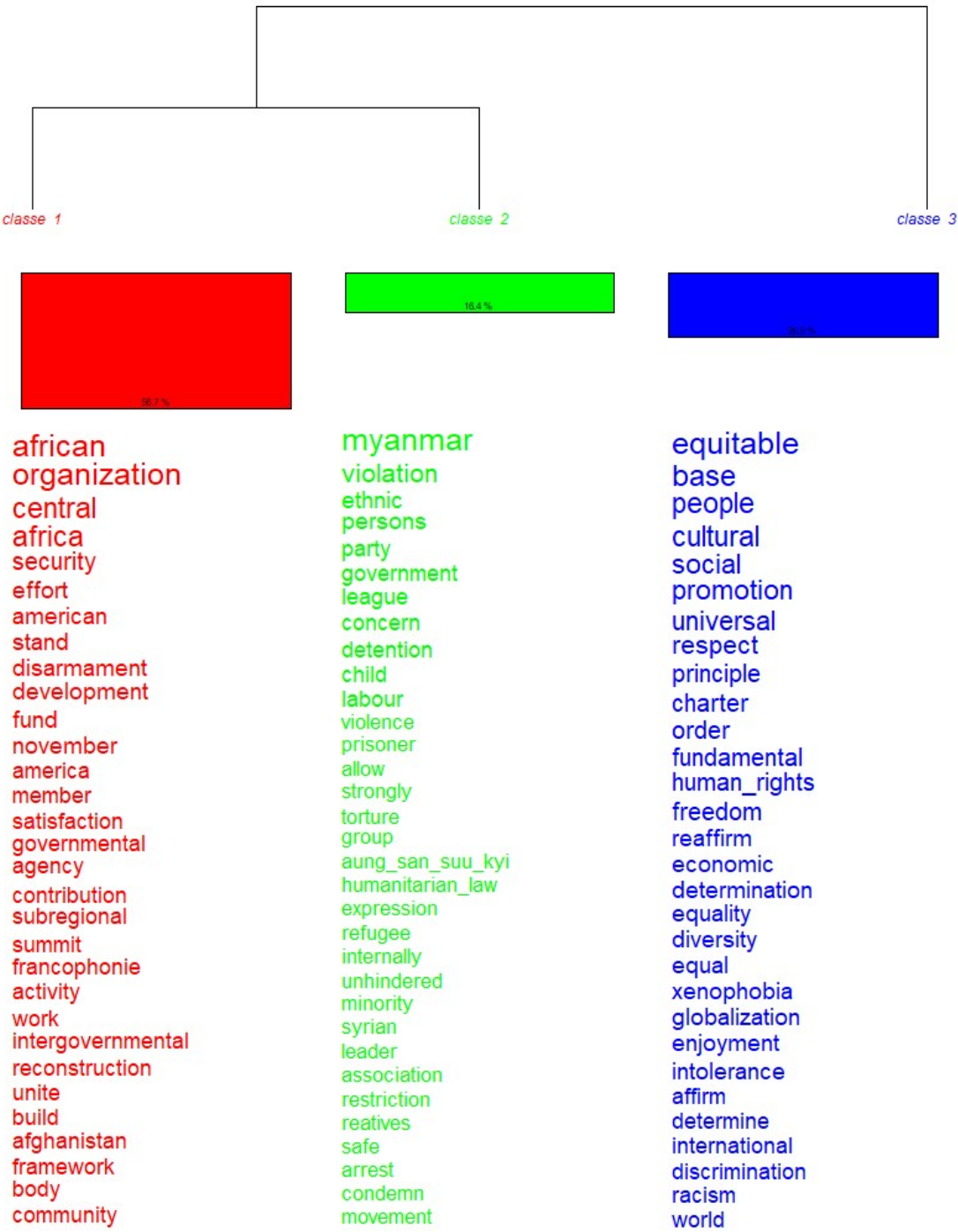
Para destacar as formas ativas com maior valor semântico, foram removidas das análises as palavras com alta frequência, mas que possuíam significado apenas procedimental das instituições. A distribuição de qui-quadrado (χ^2) na CHD é o índice utilizado para exprimir a probabilidade de existência de correlação entre as palavras/formas e as classes. Essas técnicas permitem a produção de investigações capazes de quantificar variáveis essencialmente qualitativas a partir de grandes volumes de dados, dessa maneira, o corpus é então atomizado em segmentos de textos que compartilham vocabulário idêntico, no que permite ao pesquisador abstrair o sentido conjunto.

O método de CHD será aqui utilizado para a geração de classes temáticas orientadas a visualização dos dados empíricos. Foram geradas classes, a partir de segmentos de texto (ST), que simultaneamente apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das ST das outras classes. Esta análise é baseada na proximidade léxica e na ideia de que palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou sistemas de representação (Salviati, 2017). Nessa análise, os segmentos de texto são classificados de acordo com seu respectivo vocabulário e o conjunto de termos é particionado de acordo com a frequência das raízes das palavras. Espera-se que com a geração automática das classes, seja possível explorar o conteúdo do corpus, *pari passu* ao que permite estabelecer inferências a respeito das correlações entre tempo e temática.

Assembleia Geral

Abaixo tem-se o dendrograma com a CHD referente as resoluções da AGNU. A representação evidencia a partição do corpus representada por três classes ou *clusters*. Dos 9568 segmentos de textos (ST) extraídos, 9052 (94.61%) foram aproveitados para a classificação. Dos STs aproveitados, 56.71% destes pertencem a Classe 1, 16.37% a Classe 2, 26.92% a Classe 3.

Figura 1 – Dendrograma da classificação pelo método de Reinert – AGNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

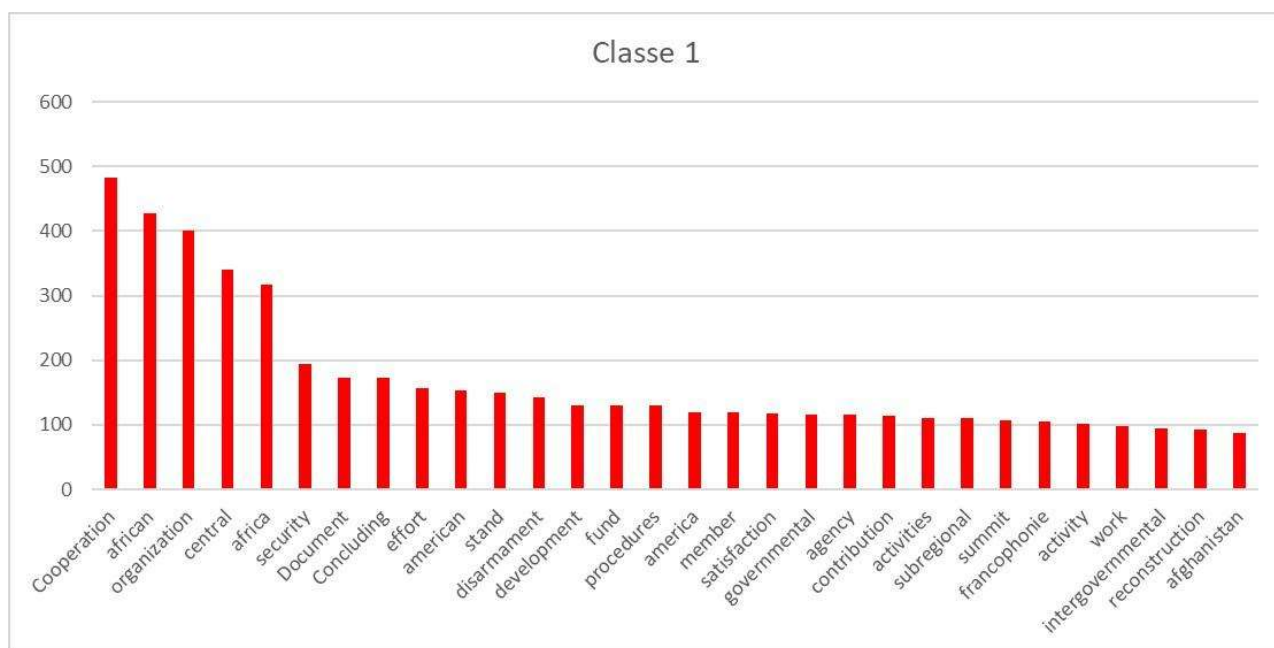
Inicialmente, tem-se a Classe 3 e uma ramificação que exhibe as classes 1 e 2. A Classe 3 assume maior distanciamento das demais. A proximidade maior fica entre a classe 1 e 2. A Classe 3, expressa pela cor azul, reserva as

formas (palavras) que caracterizam o discurso dos valores ou princípios fundamentais da ONU, bem como seus propósitos e elementos de identidade. As formas presentes na Classe 3 representam os padrões normativos que legitimam a ONU, bem como os desafios político-sociais que se enquadram na categoria de legitimação funcional (Spandler; Söderbaum, 2023).

A Classe 1 e 2 compartilham alguns elementos de semelhança conjuntural como a palavra “*ethnic*” que descreve os conflitos em Myanmar e em grande parte dos países da África que receberam missões de paz. Entretanto, é perceptível a estratificação temática, tendo em vista que a Classe 2 concentra as formas que dão sentido ao contexto político e social de Myanmar em maior medida — especialmente em razão das coocorrências mais expressivas — embora alguns termos estejam interligados a Classe 1. Por último, a Classe 1 possui termos como “*american*” em referência a Organização dos Estados Americanos (OEA) e suas contribuições à crise do Haiti na década de 1990; “*francophonie*” com relação às cooperações entre as agências e outros organismos do sistema ONU com a Organização Internacional da Francofonia para a promoção diálogo cultural, sobre democracia, paz e direitos humanos entre os países francófonos. Assim a Classe 1 resalta alguns exemplos de cooperação entre a ONU e outros organismos, bem como países e regiões com crise securitária.

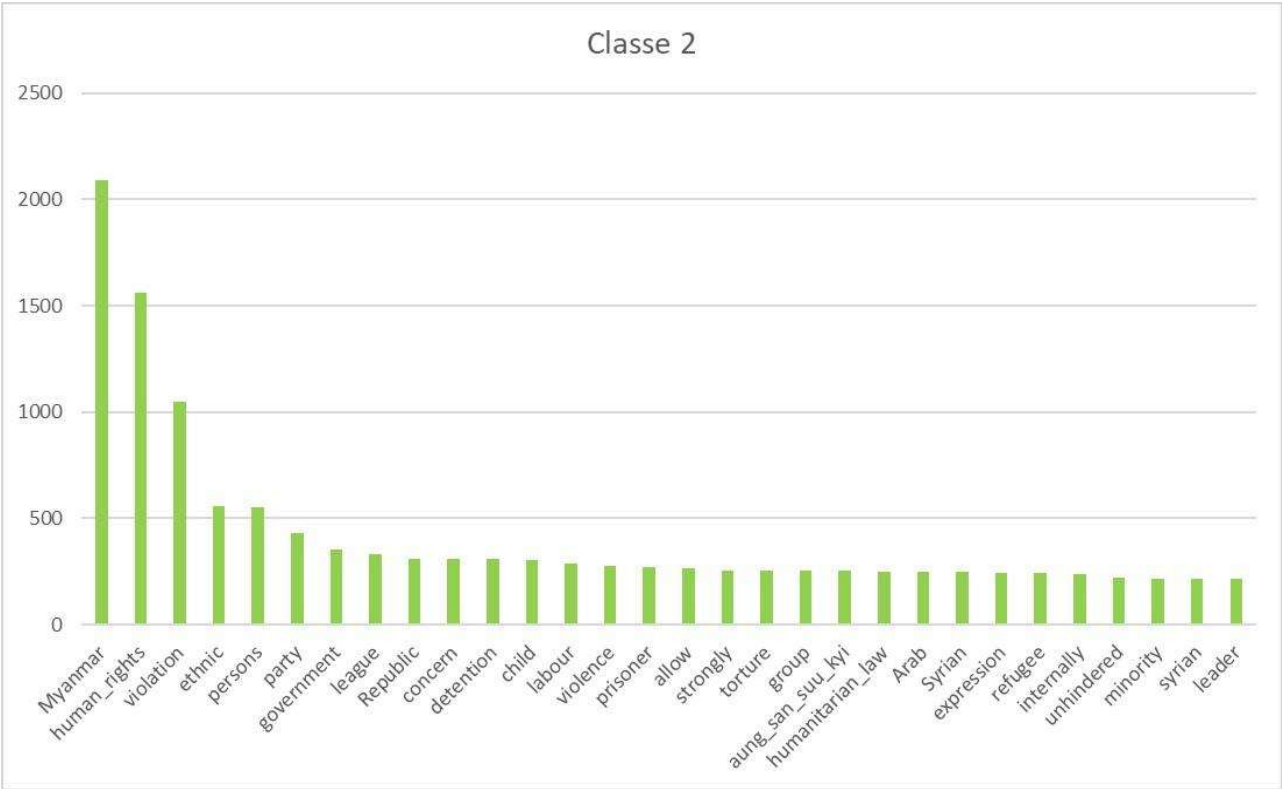
Abaixo estão os gráficos com a representação das principais formas contidas nas classes medidas pelos seus respectivos níveis de escore (qui-quadrado). O objetivo dessa exposição é de analisar a distribuição das formas e seus respectivos níveis de correspondência com a classe respectiva. A Classe 2 possui a distribuição com maior amplitude, ou seja, a diferença entre o maior e menor elemento baseado em seus valores em escore, o que permite afirmar que houve maior variação nesta. A Classe 1 é a de menor amplitude, o que demonstra uma classe mais coesa entre os termos.

Gráfico 1 – Distribuição de frequência – principais resultados da Classe 1 – AGNU



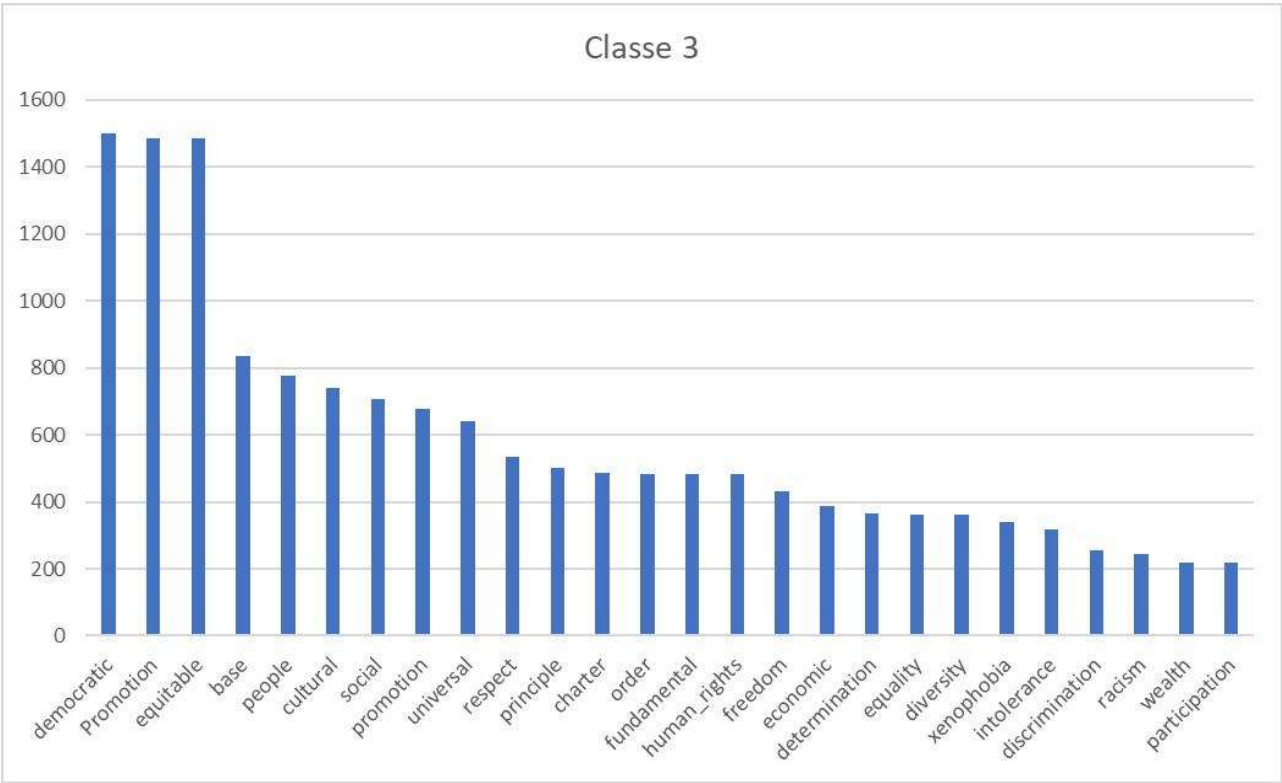
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 2 – Distribuição de frequência – principais resultados da Classe 2 – AGNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 3 – Distribuição de frequência – principais resultados da Classe 3 – AGNU

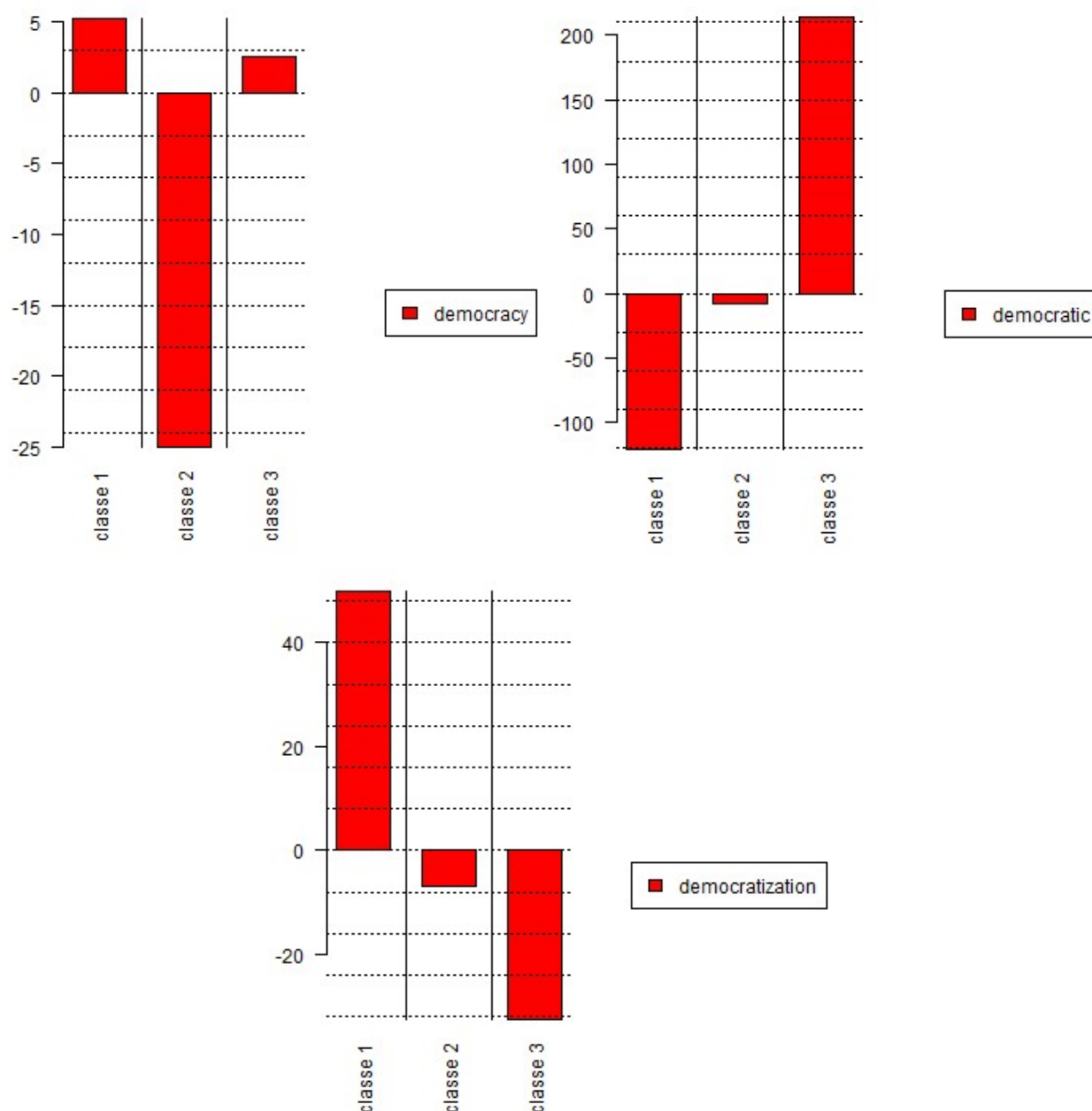


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Os testes de qui-quadrado abaixo foram agrupados em uma única ilustração e apresentam as diferenças de escore para cada classe de acordo os termos *democracy*, *democratization* e *democratic*. As demonstrações que possuem coeficiente negativo indicam que a forma não está presente na classe específica, como ocorre na ausência de todos os termos na Classe 2. Outros termos como “*suffrage*” estão presentes e apresentam correlação. A ausência de correlação dos termos junto a Classe 2 é um possível indicativo de que o discurso da ONU está mais centrado nas violações dos direitos humanos e de abuso do poder político e jurídico que ocorrem em Myanmar do que propriamente na retomada democrática. Tal interpretação condiz com o discurso da ONU de considerar a primazia dos direitos humanos como elemento condicional para a existência de instituições democráticas.

O termo *democratic* atinge maior correlação com uma das classes (Classe 3) e também está vinculada com as deliberações a respeito da situação política e humanitária do Camboja e Honduras, para a proteção dos direitos humanos e a consolidação do estado de direito. A conexão do termo “*democratic*” com essas conjunturas políticas não está presente nas ilustrações da CHD, mas foi identificada manualmente na análise dos segmentos de textos. O termo *democratization*, embora também não esteja presente nos dendrogramas ilustrados, encontra respaldo no processo de redemocratização após a Revolução Sandinista na Nicarágua e da retomada democrática em El Salvador a partir de 1982. A forma *democracy* está presente em menor grau nas Classes 1 e 3 o que contrasta com a alta frequência (1434) com que a palavra é apresentada no corpus referente à AGNU, dessa forma, a análise em CHD criou classes onde o termo não apresenta escore suficiente.

Figura 2 – Conjunto dos gráficos de escore qui-quadrado – AGNU

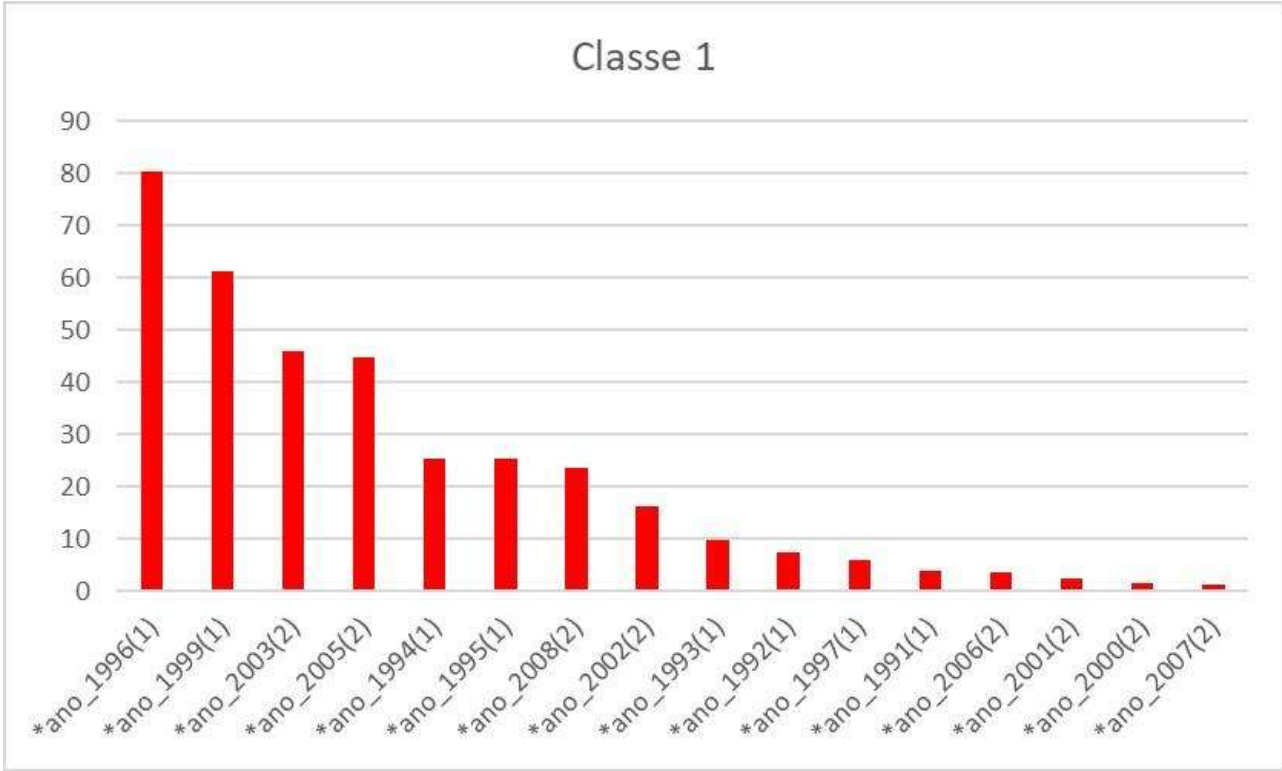


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Abaixo tem-se os gráficos que evidenciam o escore, medido pelo teste qui-quadrado, de cada ano referente a cada classe. A Classe 1 destaca maior correlação com as resoluções da década de 1990, embora a distribuição dos escores se apresente de forma equilibrada entre anos da década de 1990 e 2000. A Classe 2, por sua vez, encontra maior destaque na década de 2000 e início da década de 2010. A Classe 3 demonstra predominância da década de 2010 a 2021 e apresenta, excepcionalmente, maior correlação com os anos subsequentes a 2014, porém, não evidencia termos descritivos que identifiquem a realidade política conjuntural de países que ainda são receptores de missões de paz. Uma possível hipótese a ser explorada consiste na transferência de responsabilidades à Comissão de Consolidação da Paz, originada em 2005, e ao Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz, de 2019, na condução das missões, considerando a possível queda de prioridade na agenda da AGNU e do CSNU (Kustermans; Sauer; Segaert, 2021). O Secretário-Geral da

ONU também é responsável por emitir relatórios a respeito das zonas de estabilização, o que desonera o CSNU e a AGNU em questões de recomendações, em grande medida.

Gráfico 4 – Distribuição de escore qui-quadrado com base na série temporal da Classe 1 AGNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 5 – Distribuição de escore qui-quadrado com base na série temporal da Classe 2 – AGNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 6 – Distribuição de escore qui-quadrado com base na série temporal da Classe 3 – AGNU



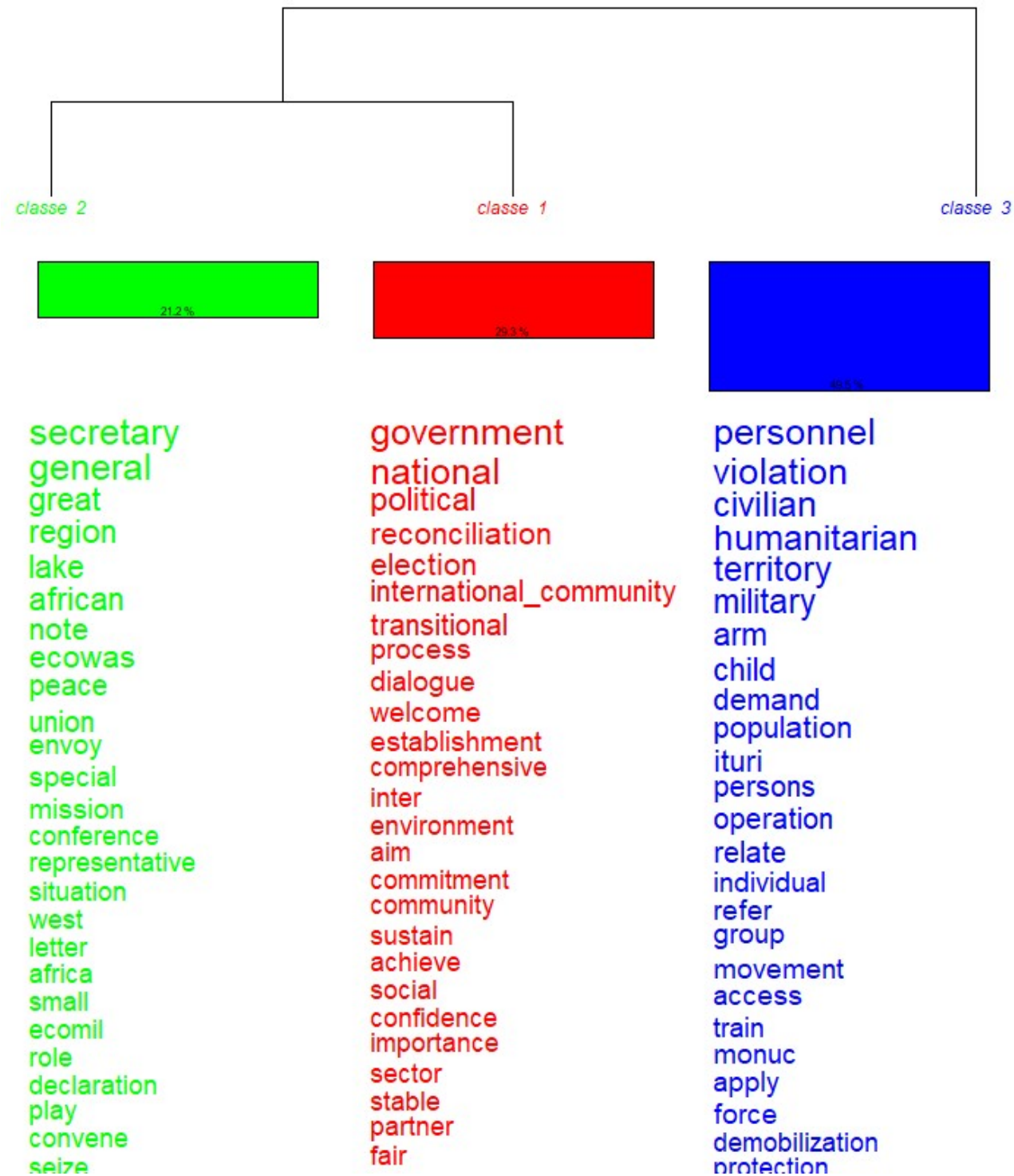
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Vale destacar que, embora não tenha obtido escore qui-quadrado significativo para ser evidenciado nos gráficos e tabelas, o termo “*local*” adquiriu maior significância nos segmentos de textos vinculados à Classe 1 e apresentou 65 repetições no corpus. Ao avaliar as formas ativas mais associadas ao termo *local*, tem-se outros como “*development*”, “*afghanistan*” e “*education*”. Embora os resultados não tenham sido expressivos, é possível identificar que o tema da educação está vinculado às intenções da ONU para a construção das capacidades locais bem como à democracia, isto é, ao menos em termos discursivos. Sua posição apresenta maiores níveis de significância a partir de 2001, embora o período de maior constância inicie-se a partir de 2008 até resoluções mais recentes do período avaliado. Termos como “*pluralism*”, “*accountable*” e “*civil society*” também estão presentes, mas com baixa frequência, 37, 36 e 131 repetições, respectivamente. Foram identificadas menções sobre os métodos de assistência democrática feitas durante a década de 1990 descritas por Joyner (1999), em especial a assistência eleitoral identificada na forma “*election*” com 177 repetições, sendo seus maiores índices de qui-quadrado nos anos de 1995 e 1998 que, por fim, está inserido na Classe 2.

Conselho de Segurança

Abaixo tem-se o dendrograma com a CHD, referente as resoluções do CSNU. A representação evidencia a partição do corpus representada por três classes ou clusters. Dos 1249 segmentos de textos (ST) extraídos, 1131 (90.55%) foram aproveitados para a classificação. Dos STs aproveitados, pertencem a Classe 1, 29.27%, a Classe 2 dispõe de 21.22% e a Classe 3 com 49.51%. Há duas ramificações que se espalham até a base: uma constituída pelas Classes 1 e 2 que expressam maior correlação entre si; e a Classe 3.

Figura 3 – Dendrograma da classificação pelo método de Reinert – CSNU



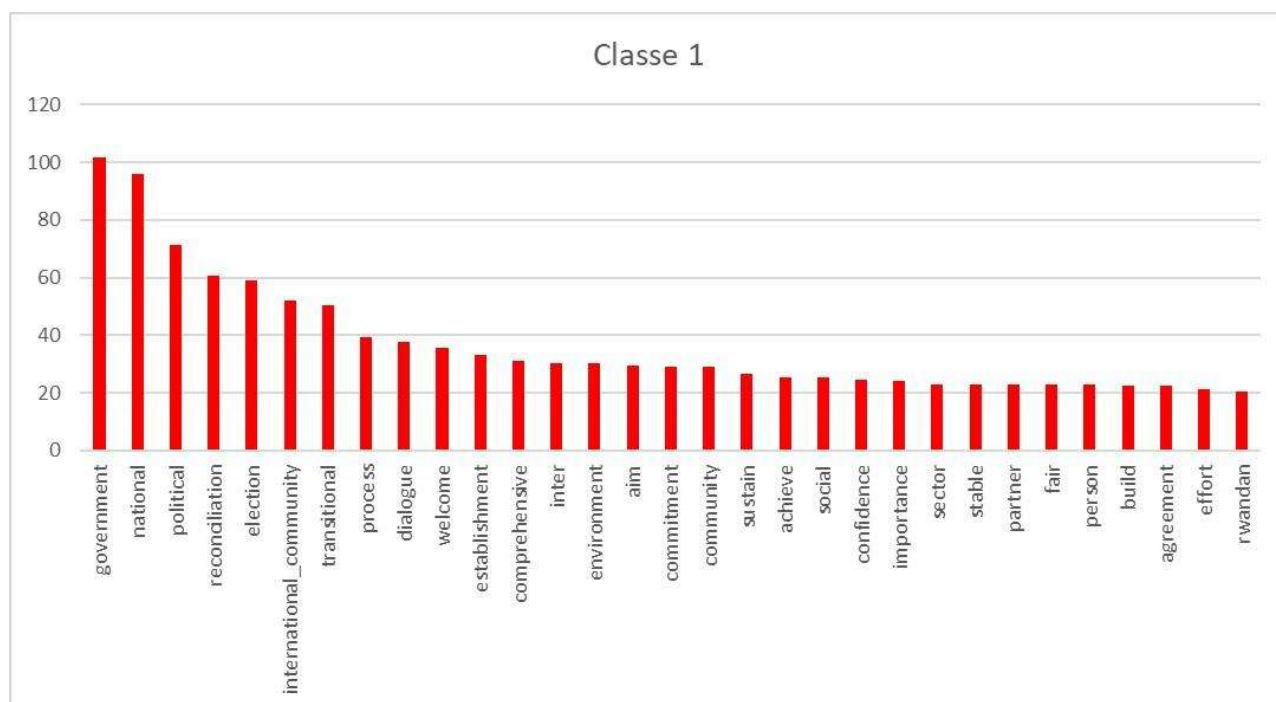
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

A Classe 3 destacada em azul detém as formas que descrevem a esfera geopolítica e humanitária dos conflitos, como “territory”, “military”, “arm”, “violation”, “child” refletem o discurso a respeito da conjuntura política do Congo durante a vigência da MONUC entre 1999 e 2010 e a defesa dos direitos humanos e o apontamento de violações, tendo como exemplo a perpetração da violência sexual contra mulheres e crianças durante o conflito civil na Libéria e no Congo. A Classe 1 remete ao diálogo com a comunidade internacional pelas vias da paz sustentável, de manutenção das reconciliações e de proteção dos acordos de cessar-fogo promovidos pelos governos do Burundi, Haiti e os países da região

dos grandes lagos africanos, como Ruanda e Congo. Devido a gravidade dos confrontos durante a década de 1990, observa-se que a Classe 1 apresenta maior correlação com este período emergencial a fim de refrear os impactos dos conflitos civis. A Classe 2 remete às declarações do secretário-geral em ressaltar as ações do CSNU junto a organismos sub-regionais como o ECOWAS para a continuidade das missões de paz. Ainda na Classe 2 o termo “*ecomil*” refere-se às forças de missões de paz conduzida pelo ECOWAS para a Libéria em 2003.

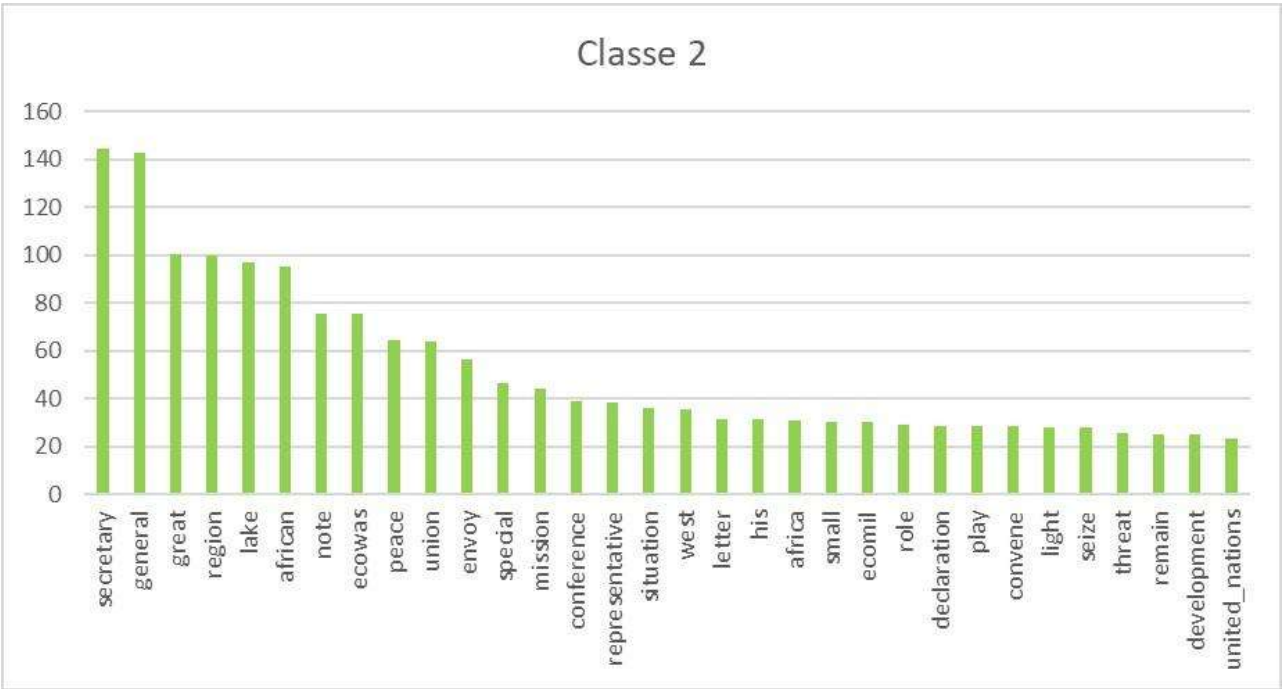
Abaixo estão os gráficos com a representação das principais formas contidas nas classes medidas pelos seus respectivos níveis de escore (qui-quadrado). A Classe 2 apresenta a maior variação de níveis de escore, enquanto a Classe 3 dispõe de maior homogeneidade, a Classe 1, por sua vez, detém as formas com o segundo maior nível de correlação. A Classe 2 possui a maior correlação com as palavras que a compõe.

Gráfico 7 – Distribuição de frequência – principais resultados da Classe 1 – CSNU



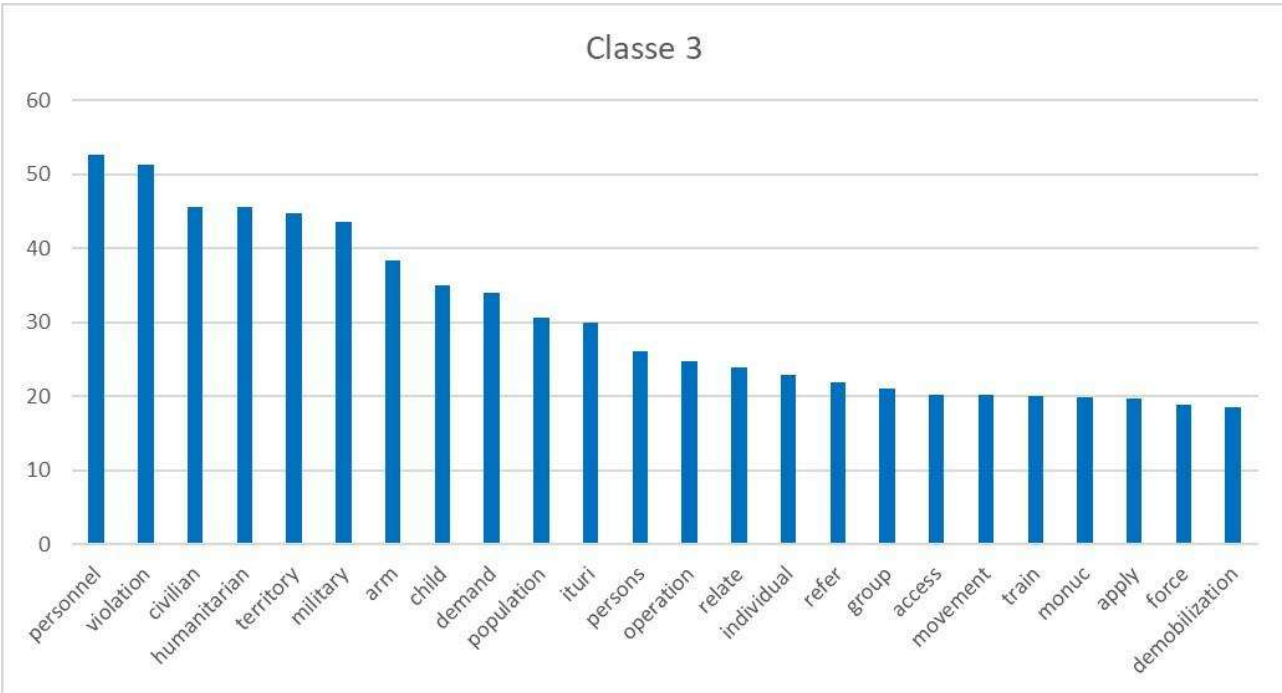
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 8 – Distribuição de frequência – principais resultados da Classe 2 – CSNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 9 – Distribuição de frequência – principais resultados da Classe 3 – CSNU

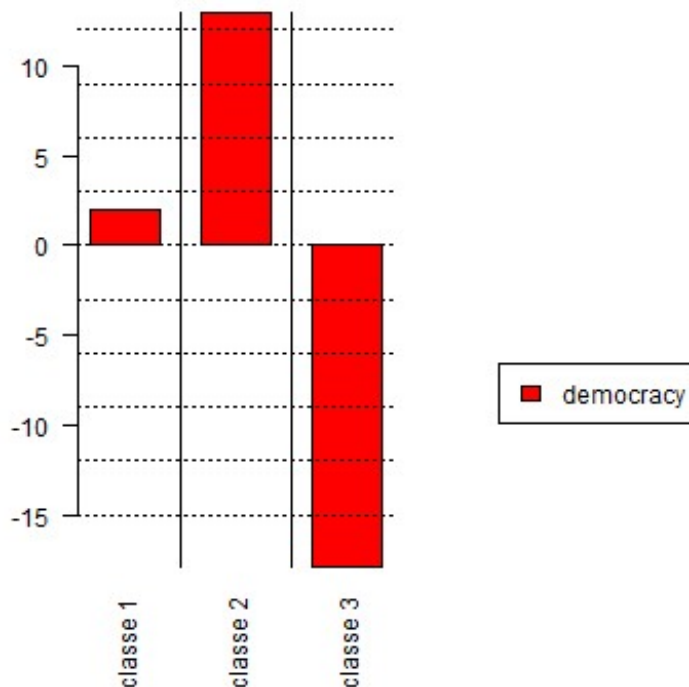


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

A ilustração abaixo apresenta o escore de qui-quadrado para o termo “democracy”. Comparado com a análise de CHD da AGNU, não foi atribuída correlação suficiente entre as palavras “democratization” e “democratic” para as classes geradas. No caso das resoluções do CSNU, mesmo apresentando frequência significativa dessas formas no corpus, a análise

de CHD não leva em consideração a frequência, mas sim o escore da distribuição de qui-quadrado. A Classe 2 apresenta a maior correspondência com o termo.

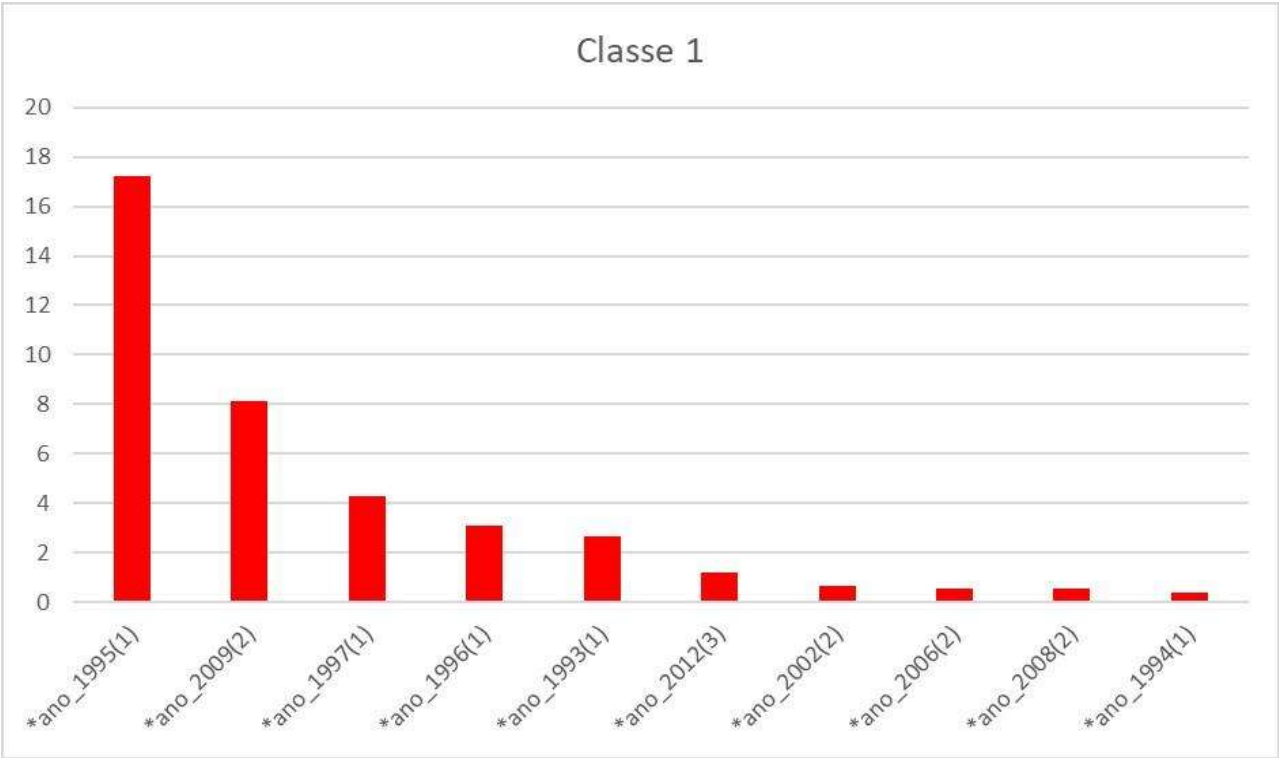
Gráfico 10 – Escore qui-quadrado “Democracy” – CSNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Por fim, tem-se os gráficos que exibem a distribuição do escore de qui-quadrado para a variável de tempo e sua correlação com as classes temáticas.

Gráfico 11 – Distribuição de escore qui-quadrado com base na série temporal da Classe 1 – CSNU



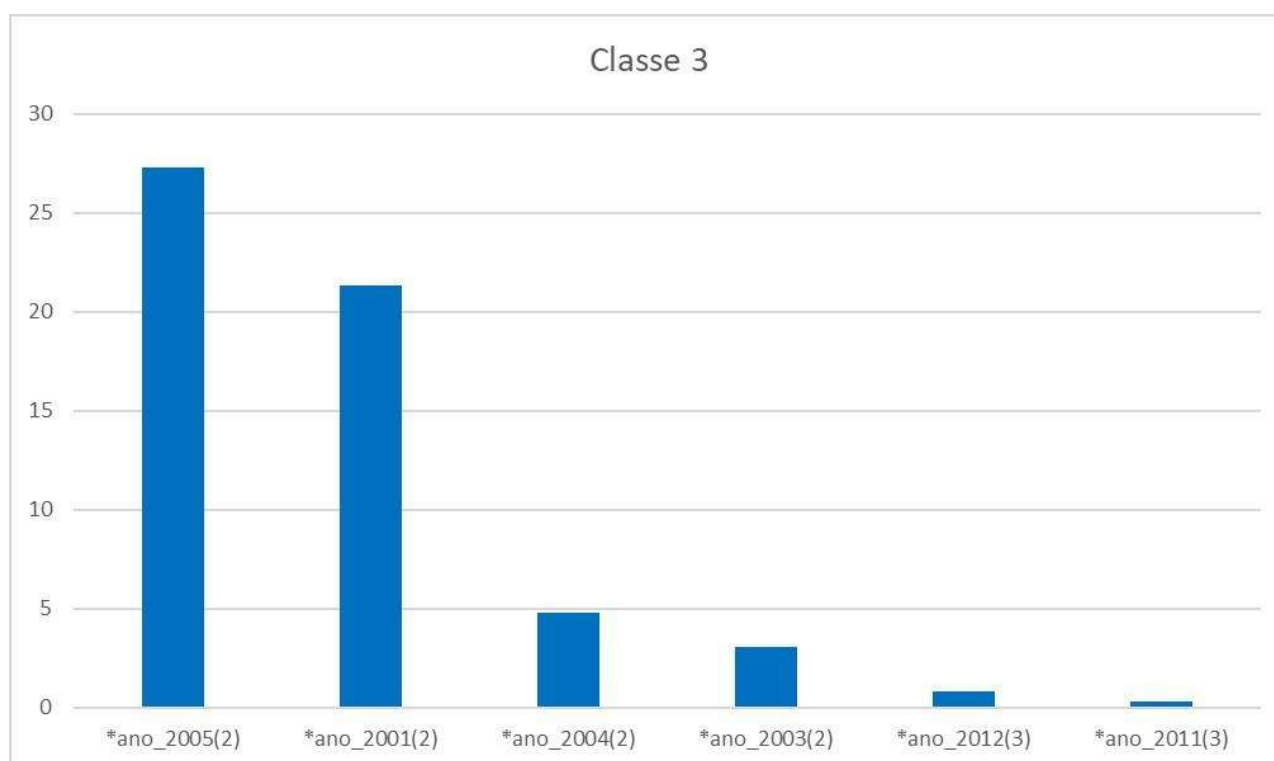
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 12 – Distribuição de escore qui-quadrado com base na série temporal da Classe 2 – CSNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Gráfico 13 – Distribuição de escore qui-quadrado com base na série temporal da Classe 3 – CSNU



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca Digital da ONU de 1991 a 2021.

Observa-se que a Classe 1 perdura durante as décadas de 1990 e 2000, os primeiros vinte anos pós-Guerra Fria. Os termos remetem ao diálogo com a comunidade internacional pelas vias da paz sustentável, de manutenção das reconciliações e de proteção dos acordos de cessar fogo promovido pelos governos dos Estados do Burundi, Haiti e os países da região dos grandes lagos africanos, como Ruanda e Congo. Devido a gravidade dos confrontos durante a década de 1990, observa-se que a Classe 1 apresenta maior correlação com este período emergencial a fim de refrear os impactos dos conflitos civis. A Classe 2 remete as declarações do secretário-geral em ressaltar as ações do CSNU junto a organismos sub-regionais como o ECOWAS para a continuidade das missões de paz. A distribuição temporal da Classe 2 ocorre entre os anos 1990 e início dos anos 2000, o que indica continuidade. Além disso, assim como no corpus da AGNU, foram identificadas menções sobre os métodos de assistência democrática sob a mesma forma “election”. No caso, o termo “election” apresentou 51 repetições, sendo seus maiores índices de qui-quadrado nos anos de 1993, 1995 e 1997 e, por fim, está inserido na Classe 1.

A Classe 3, destacada em azul, obteve formas que descrevem a esfera geopolítica e humanitária dos conflitos, além disso, o escore qui-quadrado evidencia maior co-ocorrência com o período inicial dos anos 2000. Constatou-se que os últimos anos da década de 2010 há um considerável declínio a respeito das considerações sobre as missões de paz nos países anteriormente mencionados ou sobre processos de democratização. Neste sentido, a proteção dos direitos humanos assume a intersectorialidade que lhe é devida, com base na multiplicidade de temas que concedem substância aos direitos congêntos, sendo os ODS o marco institucional de maior evidência.

A mudança discursiva entre a Classe 1 e 2 pode suscitar o debate sobre a possível construção de uma narrativa de legitimidade, tendo em vista que a legitimidade pode ser compreendida como um processo político de contestação e construção de consenso, muito embora a narrativa legitimante de estabelecimento da paz seja historicamente aderente pela comunidade internacional (Clark 2005; Orford, 2011). Em conformidade, Wilén (2009) e Ejodus (2020) também ressaltam que a utilização das capacidades locais na construção da paz a partir dos anos 2000 também se apresenta como

recurso legitimante. De modo semelhante, como foi visto, as instituições internacionais buscam a legitimidade processual e substantiva (Barnett; Finnemore, 2012).

Ressalta-se, em referência às seções 2 e 3, que normas e regras que limitam as atuações dos Estados precisam estar amparadas em justificativas, no que consolida o vínculo legitimidade-autoridade. As formas que evidenciam as transformações do discurso multilateral dos anos 1990, para a maior presença de termos relacionados a cooperação com entes regionais, demonstram o principal exemplo de “autoridade reflexiva” (Zürn, 2018) e também permite analisar sob a relação de autoridade baseada no reconhecimento entre superior e subordinado, discutida por Sending (2017).

As missões de paz que envolvem a cooperação institucional entre a ONU e organismos regionais se expressam com o exemplo da Libéria. Considerando que essas missões carecem de vínculo permanente, mas que são de natureza *ad hoc* e frequentemente carecem de uma divisão nítida de competências, a *liberia* torna-se um termo guarda-chuva para expressar o vínculo institucional entre a ONU, UA e o ECOWAS. O termo *cooperation* diz respeito à maior cooperação multilateral entre os países da África Central, como o Burundi e Congo, conjuntamente as agências de financiamento internacional. A participação do Secretariado também é mencionada nos segmentos de texto do CSNU e na Classe 2 da CHD, o que reforça o vínculo deliberativo entre os órgãos, especialmente no caso do Congo (MONUC). Os países da África Central são os mais citados.

Por fim, é importante destacar que a presença da democracia nas resoluções está vinculada ao tema dos direitos humanos, aos procedimentos democráticos e às missões de paz. Além disso, observa-se que a pluralidade de temas que envolvem a democracia também representa a diversificação dos discursos legitimadores da ONU. Assim, a democracia está no centro da diversidade normativa da ONU, que se explica pela ênfase na legitimação funcional somada ao alto grau de heterogeneidade dos agentes que a compõem. Como enfatiza Lenz e Schmidtke (2023): “Assim, reivindicações de legitimidade mais difusas tornam-se desejáveis à medida que os intervenientes envolvidos na legitimação das OIs se diversificam” (p. 922, tradução nossa)³.

Conclusão

As técnicas utilizadas no presente trabalho possibilitaram a análise sistemática e quantificada de um amplo espaço amostral. Nesse sentido, estabelece seu objetivo exploratório e propositivo quanto à aplicação de técnicas de Análise de Conteúdo, especialmente as disponibilizadas pelo Iramuteq, no estudo dos *outputs* discursivos das instituições internacionais. A aplicação das técnicas permitiu que as análises fossem rigorosas em sua objetividade, concomitante ao que permite a subjetividade do autor a partir de suas investigações e inferências. Observou-se que a pluralidade de temas que envolvem a democracia também representa a diversificação dos discursos legitimadores da ONU. A democracia está no centro da diversidade normativa da ONU, que se explica pela ênfase na legitimação funcional somada ao alto grau de heterogeneidade dos agentes que a compõem.

O período imediato ao pós-Guerra Fria não foi marcado pela estabilidade internacional ou pelo espraiamento automático da “paz liberal”, tendo em vista diferentes conjunturas políticas locais e regionais da América Latina, África e Ásia. Nesse sentido, as missões de paz, objetivam não somente a conservação de acordos de cessar-fogo, como a reconstrução institucional dos Estados que consentem.

Embora o termo *local* não tenha obtido grande frequência, se comparado aos trinta primeiros termos apresentados nas análises de CHD, a classificação dos dados demonstra que o termo adquiriu significância nas resoluções da AGNU e se apresenta de forma crescente nos últimos 16 anos, em contraste ao observado no corpus do CSNU. Essa evidência ressalta a importância do tema da “virada local” no debate epistêmico. Sabe-se que as abordagens híbridas visam explorar as conexões entre as esferas locais e internacionais nas operações de paz, especialmente através da

³ “Thus, more diffuse legitimacy claims become desirable as the actors engaged in IO legitimation diversify.”

operacionalização de constelações históricas e conhecimentos endógenos acumulados pelas comunidades locais. Por outro lado, também foram verificados elementos de democracia procedimental, como exemplifica a maior correlação da palavra “*election*” relativa aos mecanismos de assistência democrática, especialmente com o período da década de 1990.

Quanto à cooperação institucional e envolvimento de organismos regionais e locais foram observadas menções frequentes, termos como o ECOWAS acompanhados de menções ao Secretário Geral da ONU, o que revela as cooperações institucionais *ad hoc*. A presença de termos que atestam a cooperação institucional da ONU com organismos regionais, remete ao conceito de “relações de autoridade reflexiva”. Além das diferenças temáticas em função do tempo (variável contínua), constatou-se a presença de termos distintos nas resoluções do CSNU e da AGNU. Enquanto o CSNU exerce sua posição deliberativa sobre os temas de segurança e paz, em contato contínuo ao Secretário-Geral, a AGNU, por outro lado, tece recomendações explorando os temas dos direitos humanos e de desenvolvimento.

Embora o discurso institucional baseado na legitimação democrática tenha obtido maior relevância a partir da década de 1990, os dados aqui apresentados ainda revelam o caráter racional-legal das resoluções em grande proporção. O tema da democracia está amplamente associado às questões de segurança, aos direitos humanos e às formas de assistência eleitoral como mecanismo de reconciliação nacional. Por outro lado, em conformidade ao que foi observado na seção sobre modelos híbridos, houve algumas menções ou termos relacionados às capacidades locais no corpus da AGNU – *pluralism, local, civil society* – com baixa ou média frequência, mas com forte e crescente associação ao termo *democracy*. Esses termos destacam a mudança interpretativa sobre a importância da participação civil nas transformações das capacidades estatais. Se por um lado, os anos 1990 destacam as assistências eleitorais, as duas últimas décadas evidenciam terminologias que evocam o pluralismo e as experiências endógenas. Essas evidências ressaltam a interpretação da ONU sobre a democracia como regime multifacetado e com múltiplas possibilidades de desenhos institucionais.

Estima-se que pesquisas futuras do campo empírico ou teórico-normativo das Relações Internacionais possam explorar a interconexão discursiva entre desenvolvimento e democracia nas operações de *peacebuilding* e outros questionamentos, a saber: quais mudanças da governança global possibilitaram as mudanças do tratamento da ONU a respeito da democracia ao longo do tempo? Como os modelos híbridos de *peacebuilding* permitem reavaliar o tema da governança e democracia global em termos empíricos e normativos? Por fim, estudos que visem analisar as variáveis e preditores que impactam na diversificação normativa dos discursos de legitimação das OIs.

Referências

- ALDERSON, Kai; HURRELL, Andrew. *Bull's conception of International Society*. [s. l.]: Springer, 2000. p. 3–19.
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the world**: International organizations in global politics. [s. l.]: Cornell University Press, 2012.
- BJÖRKDAHL, Annika; HÖGLUND, Kristine. Precarious peacebuilding: Friction in global-local encounters. **Peacebuilding**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 289-299, 2013.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. *An Agenda for Development: Report of the Secretary General*. **Official Document of the 48th Session of the General Assembly under Agenda Item**, [s. l.], v. 91, 1994.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace**: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping: report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. New York: UN Department of Public Information, 1992. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/145749/files/%5EST_%5EDPI_1247-EN.pdf>
- BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for democratization**. New York: UN Department of Public Information, 1996. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/230086/files/An_agenda_for_democratization.pdf
- CERVI, Emerson. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. **48º Encontro Anual Anpocs**, Caxambu, MG, ed. 48, 2018. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/apers-40-encontro-3/gt-31/gt17-22/11253-analise-de-conteudo-automatizada-para-conversacoes-em-redes-sociais-online-uma-proposta-metodologica/file>. Acesso em: 9 nov. 2022.

- CLARK, Ian. **Legitimacy in international society**. [s. l.]: Oxford University Press, USA, 2005.
- DINGWERTH, Klaus; SCHMIDTKE, Henning; WEISE, Tobias. The rise of democratic legitimization: why international organizations speak the language of democracy. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 714-741, 2020.
- EIZENGA, Daniel. Peacebuilding and Democracy in Africa. In: CHARBONNEAU, B; RICARD, M. (Eds.). **Routledge Handbook of African Peacebuilding**. [s. l.]: Routledge, 2022. p. 155-168.
- EJDUS, Filip. Revisiting the Local Turn in Peacebuilding. In: KUSTERMANS, J.; SAUER, T.; SEGAERT, B. (Eds.). **A REQUIEM FOR PEACEBUILDING?** [s. l.]: Springer, 2020. p. 41-58.
- GAZELEY, Joe. The strong “weak state”: French statebuilding and military rule in Mali. **Journal of Intervention and Statebuilding**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 269-286, 2022.
- HAACKE, Jürgen. Myanmar and the United Nations. **Adelphi Paper**, [s. l.], v. 46, n. 381, p. 83-96, 2006.
- IKENBERRY, G. John. **A world safe for democracy**: Liberal internationalism and the crises of global order. Yale University Press, 2020.
- JOYNER, Christopher C. The United Nations and Democracy. **Global Governance**, v. 5, n. 3, p. 333-357, 1999.
- JR, Claude. Collective legitimization as a political function of the United Nations. **International organization**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 367-379, 1966.
- KUSTERMANS, Jorg; SAUER, Tom; SEGAERT, Barbara. Peacebuilding’s predicament: A dark mood among the experts. **A Requiem for Peacebuilding?** p. 1-14, 2021.
- LAHLOU, Saadi. L’analyse lexicale. **Variances**, n. 3, p. 13-24, 1994.
- LENZ, Tobias; SCHMIDTKE, Henning. Agents, audiences and peers: why international organizations diversify their legitimization discourse. **International Affairs**, v. 99, n. 3, p. 921-940, 2023.
- LENZ, Tobias; SÖDERBAUM, Fredrik. The origins of legitimization strategies in international organizations: agents, audiences and environments. **International Affairs**, v. 99, n. 3, p. 899-920, 2023.
- ORFORD, Anne. **International authority and the responsibility to protect**. [s. l.]: Cambridge University Press, 2011.
- OTTAWAY, Marina. African Democratisation and the Leninist Option. **The Journal of Modern African Studies**, v. 35, n. 1, p. S0022278X97002309, mar. 1997.
- PAFFENHOLZ, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 5, p. 857-874, 2015.
- RICHMOND, Oliver P. The dilemmas of a hybrid peace: Negative or positive? **Cooperation and Conflict**, v. 50, n. 1, p. 50-68, 2015.
- SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do aplicativo Iramuteq. **Recuperado mar**, v. 3, p. 2020, 2017.
- SANTISO, Carlos. Promoting democratic governance and preventing the recurrence of conflict: The role of the United Nations development programme in post-conflict peace-building. **Journal of Latin American Studies**, v. 34, n. 3, p. 555-586, 2002.
- SARAIVA, Rui. Micro-evidence from Participatory Conflict Analysis: Toward Context-Specific Adaptive Peacebuilding in Mozambique. In: KUBOTA, Yuichi (Org.). **Micro-evidence for Peacebuilding Theories and Policies**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2022. p. 89-111.
- SENDING, Ole Jacob. Recognition and liquid authority. **International Theory**, v. 9, n. 2, p. 311-328, 2017.
- SPANDLER, Kilian; SÖDERBAUM, Fredrik. Populist (de) legitimization of international organizations. **International Affairs**, v. 99, n. 3, p. 1023-1041, 2023.
- STEIN, Arthur; ZAHAR, Marie-Joëlle. The United Nations and the African Union: Partners or Rivals in Peace Operations? In: **Routledge Handbook of African Peacebuilding**. [s. l.]: Routledge, 2022. p. 26-43.
- UNITED NATIONS. **Promoting and Consolidating Democracy**: Resolution /: Adopted by the General Assembly. [s. l.], 2001. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/428998?v=pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.
- VOLPE, Valentina. The Importance of Being Earnest. The United Nations and Democracy-Promotion. In: **Mentoring Comparative Lawyers: Methods, Times, and Places**: Liber Discipulorum Mauro Bussani. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 219-235.
- WILÉN, Nina. Capacity-building or capacity-taking? Legitimizing concepts in peace and development operations. **International Peacekeeping**, v. 16, n. 3, p. 337-351, 2009.
- ZÜRN, Michael. **A theory of global governance: Authority, legitimacy, and contestation**. [s. l.]: Oxford University Press, 2018.

ZÜRN, Michael; BINDER, Martin; ECKER-EHRHARDT, Matthias. International authority and its politicization. **International theory**, v. 4, n. 1, p. 69-106, 2012.

Funções de colaboração exercidas	
Lucas Santana de Oliveira:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	